

3. O LUGAR DAS COMUNIDADES DE SUPORTE NO ATIVISMO DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE JOVENS ATIVISTAS EM PORTUGAL

Daniela Ferreira da Silva

Ricardo Campos

Nos últimos anos, tem sido prestado maior destaque à ação política dos jovens (Bessant, 2020). Certamente que tal está associado a um conjunto de crises que os afetam particularmente e que deram origem a diversas irrupções políticas, com repercussões distintas. Da primavera árabe, aos movimentos *Occupy* e anti-austeridade, passando por diversas mobilizações em Hong-Kong, no Brasil, no Chile ou em Espanha, entre outros países, vários são os casos em que os jovens assumiram um papel relevante (Jenkins et al., 2016; Lee & Chan, 2018; Micó & Casero-Ripollés, 2014). Como símbolo deste processo, podemos referir o caso da Greta Thunberg, uma jovem com 16 anos que, em 2019, se tornou um ícone da luta global juvenil contra a inação política face à emergência climática. Não é por acaso que utilizamos o seu nome: o movimento que ela impulsionou, o *Fridays For Future (FFF)*, condensa algumas das ideias basilares daquilo que a literatura tem associado às formas de participação política da juventude (Boulianne et al., 2020; Bowman, 2019). No caso das *School Climate Strikes*, referimo-nos a jovens participantes com idades entre os 14 e os 19 anos, uma parte significativa dos quais nunca se tinha envolvido numa ação de rua (Neas et al., 2022).

Este dinamismo contraria uma imagem difundida que qualifica os jovens de apáticos e desinteressados pela política. Por oposição a esta ideia, tem sido destacado por diversos autores que os jovens desempenham um papel fundamental ao nível da transformação das arenas políticas, seja ao nível das causas que os movem, seja ao nível das práticas que desenvolvem (Dahlgren, 2007; Pickard, 2019; Pitti, 2018).

Há uma ideia comumente partilhada de que os atores políticos tradicionais, como os partidos, as instituições governamentais e internacionais, não dão resposta aos problemas sentidos pelos jovens (Soares et al., 2022). Com a vontade de se fazerem ouvir, os jovens envolvem-se em formas de participação de índole não institucional, que intersejam distintas esferas da vida quotidiana. O espaço dos afetos e das sociabilidades, do lúdico e do lazer, mistura-se com o político, rompendo as fronteiras entre as esferas do público e do privado (Buckingham, 2000; McDonald, 2006; Sarrouy et al., 2022). Deste modo, os estilos de vida e de consumo, a intimidade e as identidades convertem-se

em causas e arenas de reivindicação (lembrando o slogan *the private is political*, que caracterizou o movimento feminista no final da década de 60).

Tem sido particularmente evidente (e quase inevitável) o papel que as plataformas digitais (sobretudo as redes sociais) e a Internet desempenham a este respeito, promovendo distintas formas de ativismo digital (Gerbaudo & Treré, 2015; Yang, 2016). O digital tem estado essencialmente associado a questões de ordem técnica e/ou utilitária, na medida em que se destacam as vantagens do emprego da tecnologia ao nível da comunicação, do recrutamento, da mobilização e do protesto (Campos et al., 2018; Gerbaudo, 2012; Treré & Kaun, 2021).

Uma dimensão que, apesar de relevante, não tem tido o mesmo destaque diz respeito ao papel que estes dispositivos e circuitos podem desempenhar ao nível da formação das identidades coletivas, associadas a processos de solidariedade e comunhão de interesses e/ou problemas (Castells, 2015; Gerbaudo & Treré, 2015; Milan, 2015). Em determinados grupos ativistas, marcados historicamente por formas de opressão e discriminação, a Internet tem sido um instrumento crucial para a criação de formas comunitárias *online*, servindo ao reforço da visibilidade e da autoestima destes grupos (Campos & Silva, 2023).

Neste capítulo, procuramos discutir, precisamente, a dimensão identitária e socioafetiva associada ao trabalho ativista em contexto *online*, a partir de relatos produzidos por jovens ativistas (14–35 anos) envolvidos em causas sociais diversas. Estes relatos foram retirados de um conjunto de cerca de 50 entrevistas realizadas no âmbito de um projeto desenvolvido em contexto nacional (2019-2022), sobre jovens ativistas e práticas criativas.¹

Participação política jovem e plataformas digitais

No que diz respeito à participação política dos jovens, os estudos são quase unânimes no diagnóstico que fazem de um razoável desinteresse pela política institucionalizada (a «Política com *P* maiúsculo»), com baixas taxas de participação e de adesão a partidos políticos (L. Bennett et al., 2011; Dahl et al., 2018; Kligler-Vilenchik & Literat, 2018a). No entanto, tem-se frisado que este diagnóstico incorre em determinados erros de análise. Por um lado, o facto de se considerar que os jovens participam menos, ignora,

¹ *ArtCitizenship – Juventude e as artes da cidadania: Práticas criativas, cultura participativa e ativismo*, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SOC-SOC/28655/2017), coordenado por Ricardo Campos.

frequentemente, que esta situação também se verifica noutros grupos etários, com o gradual afastamento da política institucional por parte da generalidade dos cidadãos: por exemplo, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de abstenção em eleições presidenciais portuguesas rondou os 49,1% em 2001, subiu para 53,5% em 2011 e atingiu os 60,8% em 2021 (última atualização: 2021-03-02). Por outro lado, essas análises partem de uma visão excessivamente redutora do espectro político que assenta no seu lado exclusivamente institucional (associado normalmente à política eleitoral) (Pickard, 2019). Estes dois erros resultam em leituras pessimistas que, nalguns casos, tendem a dramatizar esta situação, alimentando os debates em torno dos «problemas da juventude» (Springhall, 1998).

Contrariando esta disposição pessimista, alguns investigadores sustentam que o desinteresse dos jovens pode ser entendido como um gesto político intencional. Isto corresponderia a uma forma de resistência ao *statu quo* e a um sistema que não dá resposta aos problemas que mais os afetam (Farthing, 2010; Loader et al., 2014). Outros autores destacam o dinamismo e a mobilização dos jovens. Tal análise resulta, precisamente, de um desvio do foco do olhar, do campo institucional para arenas de participação menos visíveis e alternativas (Dahlgren, 2007; Pickard, 2019; Pitti, 2018). Este é um terreno em que os jovens desenvolvem as suas agendas e constroem formas singulares de participação (uma «política com *p* minúsculo»). Assim, há que considerar que as lutas e causas que mais se aproximam das vivências quotidianas dos jovens não encontram apenas respaldo na política institucional e, em muitos casos, têm um cunho marcadamente geracional.

Apesar de, do ponto de vista conceptual, fazermos uma distinção entre a política institucional e não institucional, é importante frisar que não existe uma fronteira estanque e rígida entre estas duas realidades. Em primeiro lugar, porque existem partidos políticos que desenvolvem formas mais ou menos evidentes de ação que se enquadram nos repertórios tidos como não-convencionais, associando-se muitas vezes a coletivos e associações não-partidárias. Em segundo lugar, porque, tal como relatado por muitos jovens, as suas trajetórias biográficas são marcadas pela transição e sobreposição de formas de participação múltipla, envolvendo estas duas esferas (Martins & Campos, 2024). Ainda assim, para o debate que queremos encetar, importa considerar que teremos em conta os usos e implicações da Internet e dos dispositivos digitais no âmbito da realidade quotidiana dos jovens, que escapa à esfera da política partidária e institucional.

L. Bennett et al. (2011) dão conta da emergência de um tipo-ideal de cidadão que vale a pena citar neste âmbito. Definem-no como «cidadão atualizado» (*actualizing citizen*, p. 840) — alguém que se presta civicamente a redes de cidadania onde os interesses estão descolados das tradicionais agências de autoridade política. Ao contrário do «cidadão cumpridor» (*dutiful citizen*, p. 840), os novos cidadãos (hoje, jovens adultos) procuram refletir sobre um estilo de vida pós-materialista, refletindo sobre o consumo, o ambiente, etc. Por seu turno, Loader et al. (2014), mais atentos à importância do digital, salientam a existência de «jovem cidadão ligado em rede» (*networked young citizen*), caracterizado do seguinte modo:

têm muito menor probabilidade de se tornarem membros de organizações políticas ou cívicas, tais como partidos ou sindicatos; têm maior probabilidade de participar em redes horizontais ou não hierárquicas; são mais orientados para projetos; envolvem-se de forma reflexiva em políticas de estilo de vida; não são obedientes, mas sim autorrealizadores; os seus pontos de referência históricos têm menor probabilidade de ser os do capitalismo moderno de bem-estar, mas sim os do capitalismo global de informação em rede, e as suas relações sociais são cada vez mais realizadas através de um ambiente de redes de meios de comunicação social (p. 145).²

Distintos cenários de luta, competências e ferramentas de engajamento são empregados neste contexto (Kligler-Vilenchik & Literat, 2018b). Estas novas formas de cidadania e de intervenção na vida pública, por parte dos jovens, dão origem, segundo Sarah Pickard (2019), a uma nova forma de fazer política:

Defendo que muitas destas práticas não eleitorais podem ser designadas por «política DIO» (*Do-It-Ourselves politics*), isto é, participação política empreendedora que funciona fora das instituições políticas eleitas. Estas políticas reflexivas [...] DIO têm lugar em arenas *online* e *offline*, e ambas são mediadas por tecnologias digitais. [...] A política DIO baseia-se no facto de os jovens tomarem a iniciativa na suas vidas públicas e/ou privadas, através de várias ações sociais, morais, éticas e ambientais que fazem parte de ações coletivas de diferentes escalas, numa tentativa de tornar o mundo um lugar melhor. Através da política DIO, muitos jovens experimentam um sentimento de pertença e de

² Todas as transcrições de fontes originais em línguas estrangeiras foram traduzidas pelos autores.

empoderamento que não obtêm através dos partidos políticos ou dos sindicatos.
(p. 375)

Estas novas formas de intervenção, que se refletem em movimentos como o das greves climáticas estudantis e de grupos como o *Extinction Rebellion*, possuem um determinado conjunto de características. São movimentos orgânicos na sua natureza, de índole informal e não estritamente institucional, de composição razoavelmente horizontal, e que surgem por oposição aos atores políticos tradicionais através de ações diretas e de desobediência civil (Scherhauser et al., 2021). São movimentos de ordem simultaneamente global e local (*glocais*), que empregam de forma estratégica as ferramentas de comunicação digital para se organizarem, mobilizarem e fomentarem uma identidade coletiva, que extravasa fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, não rejeitam as atividades presenciais, como as ações de rua ou as reuniões com representantes da política tradicional. Há, por isso, um terreno de participação híbrido, caracterizado por uma ecologia mediática diversificada e convergente (Gerbaudo, 2012; Jenkins et al., 2015, 2016). No entanto, tal não significa que este possa ser tomado como um espaço de inteira liberdade. Como se sabe, existem formas de controlo e vigilância que ocorrem *online*, sendo que a lógica dos algoritmos também condiciona as experiências de uso destas plataformas. Como tal, existem diferentes lógicas de ação e atores com distintas posições e poderes, sendo a Internet um recurso empregado para o combate ideológico. Muitos/as dos/as ativistas que utilizam os meios digitais também revelam dúvidas, incertezas e uma voz crítica relativamente a estes dispositivos (Campos et al., 2018; Malafaia & Meriluoto, 2022).

As dimensões emocional e socio-afetiva na ação coletiva: As comunidades virtuais

O denominado ativismo digital — aquele cuja prática é mediada pelas plataformas digitais — tornou-se uma realidade incontornável no panorama atual da ação política não convencional. Este é, no entanto, um conceito que pode assumir diferentes interpretações. No caso concreto deste capítulo, entendemos que corresponde a um conjunto de práticas de intervenção cívica ou política que utilizam diversas plataformas e tecnologias digitais para fins de interação, comunicação e disseminação de conteúdos. O ativismo digital não invalida a existência de práticas tradicionais, de natureza presencial e *offline*, estando muitas vezes interligado com estas.

Se olharmos para os tempos mais recentes, vários podem ser os exemplos do uso do digital para o ativismo, como as ondas de manifestações juvenis no âmbito dos

movimentos anti-austeridade (Campos et al., 2018; Silva et al., 2022; Simões & Campos, 2016) dos Direitos Humanos (Zimmerman, 2016) ou das alterações climáticas (Boulianne et al., 2020) onde as redes sociais foram fulcrais em dar luz a vivências marginalizadas e em fazer escalar a mensagem ativista. Consideramos, todavia, que se deve ter em consideração a ligação entre o ativismo digital e os modos de sociabilidade e conexão que remetem para o conceito de comunidade virtual (Campos & Silva, 2023). De acordo com Fullam (2017), o afeto precede o compromisso cívico com determinado grupo. Há, antes de qualquer compromisso político, a procura de um lugar de pertença, nutrido por emoções, sentimentos de confiança e lealdade que fornecem uma base para a procura de significado. Quer seja pelos familiares, amigos na escola ou membros da comunidade virtual, aquilo que o autor denomina de «apoio emocional difuso» (Fullam, 2017, p. 409) é fundamental na construção de identidade e, posteriormente, na participação cívica.

As comunidades virtuais emergem num contexto de sociabilidade onde os indivíduos se reúnem virtualmente para partilharem informações, conhecimentos, interesses e valores, criando laços de apoio e amizade que podem, eventualmente, transitar para a interação face-a-face, ou resultar dela (Rheingold, 1993). Isto remete-nos para a ideia cultura participativa, em que o virtual é entendido como um espaço inclusivo, diversificado e moldável, que facilita a conexão, a interação e a criação coletiva (Jenkins et al., 2015, 2016; Kligler-Vilenchik & Literat, 2018b).

Para Castells (2004), as comunidades virtuais assumem diferentes formas e sustentam-se na evolução e no compromisso que os indivíduos têm para com o interesse comum. Para o autor, assim que as interações sociais *online* estão estabilizadas (situação onde estão conciliados os interesses, valores e afinidades), estão reunidas as condições para que se desenvolvam comunidades virtuais.

São vários os estudos que apontam a sua análise para as comunidades virtuais, pretendendo dar a conhecer as motivações dos indivíduos para integrarem tais redes e que apropriação fazem destas plataformas. É o caso do Twitter (agora *X*) onde o *microblogging* é usado como estratégia de comunicação e autorrepresentação e como mecanismo de aprovação pelos pares (Shcheblanova et al., 2016); ou do Facebook, onde se promove uma sensação de comunidade entre os seguidores de *fandom* (Lizzo & Liechty, 2020). A Internet e os dispositivos digitais têm desempenhado um papel a este nível, no sentido em que são lugares de criação de novas iconografias e léxicos — *hashtags*, *memes*, *icons*, *slogans*, etc. —, fundamentais para a construção do sentido coletivo do *self* (Gerbaudo & Treré, 2015; Melucci, 1996).

A estratégia de ativismo digital através do *hashtag* foi estudada em diversos movimentos. Repare-se nos casos dos movimentos *Black Lives Matter* ou *#MeToo*. Na perspectiva de Jackson (2016, p. 377), «os *hashtags* [...] desempenham duas funções básicas do contradiscurso público: refletem as experiências e necessidades de uma comunidade marginalizada e apelam à política *mainstream* para que ouça e responda». Quanto ao segundo movimento, a mesma estratégia representa a difusão de microexperiências que configuram laços de solidariedade (Mendes et al., 2018).

Alguns estudos revelam que certos grupos encontram no ambiente digital um espaço de liberdade, autonomia, emancipação e conforto. Pense-se no exemplo do trabalho de Dergić et al. (2022) com jovens feministas, mulheres muçulmanas e ativistas LGBTQI, para quem as redes sociais oferecem um escape à falta de compreensão e ao estigma, no seio familiar ou noutras esferas de socialização. Aliás, é provável que um jovem *trans* passe mais tempo a interagir no ambiente virtual do que qualquer outro jovem (GLSEN et al., 2013). A autorrepresentação da sexualidade nas plataformas digitais, nomeadamente no Youtube (Lovelock, 2019) ou no TikTok (Simpson & Semaan, 2021), facilitou a criação de comunidades de apoio e de interesses compartilhados.

Para a maioria dos jovens auscultados por Rivera-Vargas & Miño-Puigcercós (2018) a «sensação de pertença», isto é, de familiaridade, conforto e ligação emocional, foi a principal motivação para se juntarem a uma comunidade virtual. Seguindo a ordem de motivações, depois da familiaridade está a possibilidade de se expressarem artisticamente ou de trocarem informação sobre alguém, ou ainda um tópico de interesse partilhado.

Como já foi referido na introdução do capítulo, a marginalização pode ser uma força motriz para a procura e a pertença a um grupo. Stewart & Schultze (2019) dão o exemplo dos movimentos identitários onde os traços pessoais (sexo, género, etnia, orientação sexual) ou as experiências incorporadas (ser mulher, negro, emigrante, etc.) são o foco da experiência compartilhada. Os jovens associados ao movimento DREAMers, nos Estados Unidos utilizaram as redes sociais como lugar de resistência, adotando, entre outras estratégias, a narrativa de *coming out* (inspirada na comunidade LGBTQI). Esta narrativa permitia-lhes exporem as suas situações de fragilidade enquanto jovens imigrantes ilegais, utilizando diferentes modalidades de comunicação (*microblogging, podcasts, etc.*) (Zimmerman, 2016). O *storytelling*, no caso de momentos *coming out*, serve, como estratégia afetiva de comunicação, oferecendo apoio aos jovens que se cruzavam com a mesma realidade opressora. Os/as entrevistados/as apontaram que

esses momentos possibilitam um «alívio psicológico» e destacaram a sua «natureza catártica» (Jenkins et al., 2016, p. 198).

Em suma, as emoções são um importante gatilho para a ação individual ou coletiva (Kleres & Wettergren, 2017; Segado-Boj et al., 2020). Para isso, terão de estar reunidas algumas condições, tais como a motivação para agir coletiva ou individualmente em prol do grupo, e a disposição para apoiar normativa e emocionalmente os outros no grupo. Estas emoções deverão originar sentimentos de solidariedade e empatia, imprescindíveis à ação coletiva (Stewart & Schultze, 2019).

Análise e discussão das entrevistas

Como referimos, este capítulo foi redigido a partir de dados recolhidos através do projeto *Artcitizenship* (2019–2022). O objetivo que orientou este trabalho foi o de pesquisar territórios não institucionais de construção de cidadania e participação política que recorrem a uma variedade de dinâmicas, recursos e gramáticas criativas, dando conta da maneira como a agência política se liga à expressão criativa dos jovens. Este projeto envolveu a aplicação de metodologias qualitativas (etnografia, entrevistas aprofundadas e metodologias colaborativas) ao campo da juventude. Nesta secção, iremos analisar, com maior detalhe, os discursos produzidos por alguns/algumas dos/as jovens entrevistados/as.³

Não nos iremos deter sobre plataformas específicas, apesar de a grande maioria dos/as entrevistados/as ter por referência as plataformas das redes sociais nas suas mais variadas expressões (Instagram, Twitter — agora *X* —, Facebook, Tumblr, etc.). Podemos entender as interconexões que estes/as jovens estabelecem por via digital como formas relacionais de densidade variável, que podem dar origem a comunidades com formatos distintos. Para tal, entendemos as comunidades virtuais como grupos de pessoas, conectadas em rede, partilhando um conjunto de interesses, práticas e objetivos. Para a sua existência, é importante que os indivíduos reconheçam esses laços e desenvolvam mecanismos de comunicação e contacto, os quais podem, eventualmente, dar origem a formas específicas de identidade coletiva. O desenvolvimento de certas práticas *online*

³ Foram realizadas cerca de seis dezenas de entrevistas (incluindo as exploratórias). Do total foram seleccionadas 50 entrevistas a jovens entre 14 e 35 anos, codificadas e analisadas com recurso ao software MAXQDA. Entre os diversos membros da equipa do projeto, gostaríamos de agradecer especialmente à Gabriela Leal, que efetuou o trabalho de codificação, e a Alix Sarrouy, que participou de forma plena no trabalho de campo, tendo realizado a maioria das entrevistas. Um agradecimento também ao João Martins pelo trabalho de análise e pesquisa.

e/ou *offline* e de símbolos diversos, como vocabulário ou imagética singulares, são exemplos de traços identitários coletivos. A existência das comunidades virtuais depende de plataformas mediadas digitalmente, através das quais se constroem e perpetuam estas redes. De frisar, todavia, que a existência destas comunidades virtuais não invalida a emergência de formatos de conexão *offline*. A natureza híbrida destas ligações é, muitas vezes, uma realidade.

Nesta secção, iremos debater estas questões a partir de uma análise das entrevistas em torno dos seguintes tópicos: a socialização cívica e política no *online*; a visibilidade individual e coletiva; e a criação de comunidades, espaços de solidariedade e de afeto. É importante sublinhar que estes pontos estão profundamente interligados, pelo que a escolha dos tópicos obedeceu a uma sequência de eventos relativamente coerente com as experiências dos/as entrevistados/as.

A socialização cívica e política no online

Não pretendemos aprofundar o tema da socialização cívica e política destes jovens, mas sim dar conta da forma como as plataformas digitais assumem um papel importante em distintas etapas deste processo. Uma dimensão muito relevante da socialização política acontece entre pares (Gordon & Taft, 2011; Pfaff, 2009). Sabemos que os jovens procuram grupos de pertença e de interesses, com características sociodemográficas próximas, fundamentais ao seu desenvolvimento enquanto adultos e cidadãos conscientes (boyd, 2011; Cotterell, 2007). Neste âmbito, os *media* digitais adquirem protagonismo, na medida em que, como sabemos, estão profundamente imbricados no seu quotidiano. Ou seja, é impossível pensar a socialização política entre pares sem considerar o peso e o impacto do digital. Isto ficou bem patente nas entrevistas.

É, por vezes, relatada uma sequência cronológica que adquire sentido na biografia ativista de muitos destes jovens, e que tem a Internet como um ponto de partida. Assim, o meio digital pode ser entendido como uma janela que permite conhecer causas e lutas sociais. É o caso do Tomás (25 anos), da Cláudia (32 anos) e da Joana (27 anos):⁴

Depois o Tumblr permitia conversas por baixo. Fazias *reblog* a uma coisa e fazias um comentário. E depois vinha outra pessoa e fazia outro comentário. Então essas conversas longas sobre identidade e essas coisas todas começaram a aparecer aí. [...]. O termo «não binário», por exemplo, ouvi pela primeira vez no Tumblr. E

⁴ Todos os nomes de entrevistadas/os são pseudónimos, de forma a garantir o seu anonimato.

isso era um espaço específico em que conseguias encontrar pessoas com pensamento igual ao teu. [Tomás, Out 2020].

Eu cresci com a Internet e a televisão também, mas a net moldou-me muito mais pela questão de conseguir chegar a sítios que o *mainstream* não deixa. E descobrir coisas que não são de fácil acesso. [...] E a Internet ajudou-me imenso, porque mostrou-me todo um mundo novo, fora da ilha e fora de todo o mundo mais popular a que temos acesso. Depois, a partir do Tumblr foi a rede social que mais me abriu a visão ao feminismo, ao LGBT, às *zines* e à arte no geral. [Cláudia, Set 2020]

eu comecei a... a encontrar pessoas *online* e... comecei a ler, mas, especificamente, foi uma pessoa que eu conheci, [...] ela começou a me [...] a colocar em grupos de discussão de racismo... [...] Quando eu entrei nesse grupo, eram só mulheres negras do Brasil, porque essa minha amiga [...] me meteu nesse grupo e eu comecei a ler. Tinha... tinha todo o material intelectual e... tinha relatos pessoais também e eu fiquei: «uau!» [Joana, Fev 2020]

A Internet oferece, por um lado, um acervo de conhecimento, de forma fácil e gratuita, que não se encontra nos *media mainstream*. Por outro lado, é um lugar permeável à construção de comunidades de «semelhantes» onde se podem debater situações e problemas comuns. Neste sentido, permite a construção de uma esfera digital alternativa, à margem dos temas dominantes e da cultura hegemónica, facilitando a criação de nichos de discussão de natureza minoritária ou dissidente. Para muitos jovens, estes circuitos funcionam como espaços embrionários para a criação de uma consciência crítica. Como espaço de diálogo, a Internet é particularmente importante na tomada de consciência de certas causas sociais, como aponta a jovem Beatriz (14 anos):

Então, eu acho que na minha idade muitos jovens começam a tomar consciência dos problemas no mundo e sim, acho que logo que têm redes sociais começam logo a receber informação e demora um bocadinho até perceberem mesmo os problemas no mundo. Eu acho que na minha idade muitos jovens interessam-se mais por causas do que por política no sentido do presidente, dos ministros, não sei quê. [Beatriz, Dez 2019]

Asserções como a de Beatriz evidenciam uma certa resistência à política institucional, colocando o meio digital como um meio que provoca uma consciência política e um envolvimento em determinadas causas. Aquilo que ficou claro é que os processos de

reflexividade, debate e construção de consciência cívica não se limitam a aspetos cognitivos e informacionais, envolvendo igualmente questões de ordem social e afetiva. Estas dimensões são indissociáveis. Logo, a socialização política é algo que acontece envolvendo relações emocionais, adesões simbólicas e identitárias a certos grupos. A Internet encontra-se no cerne de muitas destas redes.

Visibilidade individual e coletiva

A visibilidade e a expressão pessoal são valores fundamentais. A perceção de que se tem uma voz ativa, que é partilhada por outros que convivem com situações semelhantes, faz da Internet um espaço privilegiado de comunicação para quem, historicamente, tem poucas possibilidades de expressão condigna no espaço público (Dergic et al., 2022; Jackson, 2016; Pearce et al., 2020; Zimmerman, 2016). Os jovens, bem como outros grupos tradicionalmente subalternizados, por razões de género, etnia ou sexualidade, têm tido pouca capacidade de construção de narrativas sobre si próprios. Geralmente, o que atravessa o discurso mediático *mainstream* é a voz adulta, masculina, branca e cisgénero, que tem dominado e que tende a impor a sua representação sobre o mundo (Mazzarella, 2003).

A Internet revela-se um espaço mais democrático de participação, de fácil utilização e que não obedece à lógica dos *media mainstream*. Neste sentido, contranarrativas ou narrativas não-hegemónicas podem ganhar relevo na esfera digital (McInroy et al., 2022; Oakley, 2016). Logo, as plataformas digitais possuem uma função social relevante, na medida em que, como revelam os/as nossos/as entrevistados/as, os jovens, principalmente pertencendo a grupos estigmatizados e subalternizados, conseguem estabelecer vínculos e adquirir visibilidade, tornando os seus problemas públicos e legítimos.

Ficou evidenciado, igualmente, que a lógica de ação associada às plataformas digitais favorece uma prática individualizada e que assenta numa narrativa personalizada (L. Bennett, 2012). Ou seja, apesar de estarmos a falar de causas e problemas coletivos, os meios digitais facilitam a expressão do *self*, enquanto prática entendida pelos próprios como uma forma de intervenção cívica. Esta questão é evidente nos dois relatos que se seguem. No caso da Joana (27 anos), o seu blogue permitiu-lhe expor as situações em que era alvo de racismo. Como mulher, negra, lésbica e imigrante, expunha aí as suas experiências diárias como forma de externalizar o que sentia, mas também permitindo que outros conhecessem a sua realidade e a reconhecessem. O reconhecimento é

fundamental em movimentos de justiça social (Fraser, 2018). No caso da Adélia ou do Tiago, encontramos dois jovens LGBTQI que, tendo vivido situações de isolamento e estigma, encontram na Internet uma fonte de (re)conhecimento e de exploração das suas identidades, bem como um meio para ajudar aqueles/as que vivem a mesma situação:

e tudo o que vivia, tudo o que eu absorvia, por exemplo, uma situação de racismo que eu vivia, já ia para o blogue [...] do mesmo jeito que era uma forma de escape, porque eu comecei a lidar com os meus sentimentos só depois disso tudo, porque eu comecei a aprender a processar em vez de ignorar, que não era saudável, [...] também era uma forma de ativismo. [Joana, Fev 2020]

Se estou aqui, numa ilha muito pequena, em que não há muitas pessoas LGBT assumidas, e eu sei que há uma pessoa que não sai do armário, o meu trabalho é chegar a ela e estabelecer um diálogo para que o seu processo seja mais leve do que foi o meu, por exemplo. [Adélia, Out 2020]

A Internet continua a possibilitar coisas maravilhosas. Para a comunidade LGBTI então foi e é incrível, particularmente para as pessoas *trans* ou com identidades de género que até há 15 [anos] nem sequer tinham nome. Isso aconteceu-me a mim, por exemplo. [...] Isso é ótimo, o facto de as pessoas poderem encontrar uma rede, outras pessoas que passam pelas mesmas experiências... é maravilhoso. [Tiago, Julh 2019]

Criação de comunidades, espaços de solidariedade e de afeto

Verificámos, até agora, que os meios digitais assumem um papel preponderante ao facilitarem o acesso a informação e redes de debate, dando visibilidade a certas causas e grupos sociais com menor presença na esfera pública. Isto acontece, por exemplo, ao nível de certas subculturas juvenis (A. Bennett, 2004; Simões & Campos, 2017) ou de jovens pertencendo a grupos minoritários. A importância da Internet reside, então, no facilitar da agregação de laços que permitem configurar um sentido de comunidade, nos casos em que os indivíduos sentem dificuldade em estabelecer esses vínculos no seu espaço de proximidade, como é o caso da seguinte jovem que viu no coletivo *online* uma rede de comunicação:

Isso foi numa altura em que eu tinha saído de um contexto relacional abusivo. E a existência do feminismo e de poder falar disso lá foi muito importante para mim.

Eu já andava a tentar ter terapia há imenso tempo e não estava a conseguir. Não sentia que existia propriamente entendimento pelas coisas que eu falava, quando ali havia. E foi muito importante para me ajudar a processar o que se tinha passado.

Foi bem mais do que alguma vez a terapia o foi. [Isabel, Set 2020]

Mais uma vez, ficamos cientes de como o isolamento, a incompreensão e a solidão foram apaziguadas a partir das plataformas digitais (Cao & Cao, 2009; Liao, 2019), seja através do contacto com outros «semelhantes» em redes sociais, seja pelo acesso a certos recursos, como blogues, *podcasts* ou até *apps*. Neste sentido, não substituindo as comunidades tradicionais (onde o contacto físico predomina), o meio *online* parece permitir o fortalecimento dos laços físicos e virtuais através da continuidade da comunicação. O contacto *online* precede, muitas vezes, os encontros *offline* considerados fundamentais para estreitar relações e motivar a ação, como conta a Clarisse (20 anos), ativista da Greve Climática Estudantil:

Foi muito simples. As coisas foram passando de boca em boca, foram falando que tinham amigos que estavam interessados... criou-se um *chat* no Whatsapp, foi-se adicionando pessoas, a palavra foi-se espalhando por todo o país e íamos falando assim. Marcámos uma primeira reunião presencial e, a partir daí, foi história. [Clarisse, Abr 2020]

As comunidades são, sobretudo, lugares de suporte, não só para aqueles/as que precisam de apoio emocional, dada a sua situação de fragilidade, mas também para aqueles/as cuja luta diária conta com adversidades:

Muitas vezes liguei a pessoas que já tinham visibilidade há mais tempo para saber como lidavam com determinada coisa ou o que deveria fazer. É uma noção de comunidade, porque as pessoas são muito de sofrer sozinhas e não há necessidade disso porque há mais gente a passar pelo mesmo. E se criarmos esta comunidade de apoio, as pessoas que já passaram por isto vão saber dizer como lidar. [Bruna, Dez 2020]

Sentir-se compreendido e acompanhado nos problemas e nas causas sociais gera um sentimento de conforto, solidariedade e empatia. Neste sentido, o *feedback* é crucial, não apenas para reforçar positivamente a identidade do grupo, mas também para entender os efeitos que as ações individuais geram na vida de quem vê, ouve e lê. Aqueles/as que são mais ativos na produção de conteúdos sentem a responsabilidade e o impacto das suas ações, como é o caso da Francisca (20 anos). Estas/es jovens podem ser considerada/os

um polo de formação de uma rede que venha a consolidar laços de pertença, dado o conteúdo digital que produzem no âmbito do seu ativismo:

vejo à minha volta que a maior parte das histórias de «sair do armário», são histórias sofridas, são histórias de pessoas que passaram por alguma coisa, por algum processo muito doloroso [...] Depois eu falei sobre isto, acho que era no *Internacional Day*, e eu falei sobre isto no Instagram, e dei-me conta que muitas pessoas bissexuais que me seguiam, foram responder e dizer, sinto exatamente isto, também aconteceu comigo e tal, ou seja, o facto de saber que não estou sozinha também me ajuda. [Francisca, Jan 2020]

No caso da Gabriela, uma jovem de 31 anos, a sua conta de Instagram surgiu depois de ter sido vítima de assédio sexual e, como vítima, sentiu-se motivada a expressar-se criativamente para um público mais amplo. O retorno dos seus seguidores funcionou como força motivadora no seu *ativismo* digital:

Mas já me enviaram mensagens em privado a agradecer por eu os ter alertado para determinados assuntos — e eu gosto disso. Apesar da página não ter muitos seguidores, isso foi importante para elas e isso é muito bom de ler. Já me disseram que as minhas publicações têm criado conversas à mesa e isso também é ótimo. É muito importante para mim que esteja a criar conversa, indignação, admiração [...]. [Gabriela, Out 2020]

Conclusão

A Internet está hoje presente em diferentes esferas do quotidiano. A ubiquidade do digital deve ser tida em consideração quando pensamos nas questões relativas à participação política e à cidadania. Nesse campo, há diferentes formas de entender a função desempenhada pelas plataformas digitais, dependendo dos atores e dos seus contextos. Os atores políticos tradicionais e as instituições empregam os meios digitais, tal como os movimentos sociais e coletivos ativistas o fazem, embora com objetivos, estratégias e alcances distintos.

No caso em apreço, partimos de um conjunto de entrevistas a jovens que podemos entender como ativistas, politicamente envolvidos (*lato sensu*) em diversas causas sociais. Para além da dimensão logística que é mencionada, percebemos que o meio digital também é fundamental ao nível das sociabilidades, solidariedades e afetos. O digital é considerado um fator de crucial importância para estabelecer vínculos com outros que são próximos e, conseqüentemente, para esboçar ou estabelecer comunidades assentes em

sentimentos de pertença e de capacidade de ação coletiva («*shared sense of “we-ness” and “collective agency”*»), Snow, 2001, p. 3). Esta função parece ser particularmente evidente em situações de maior fragilidade social, decorrentes de condições de vida e/ou de estilos de vida minoritários, subalternizados ou transgressivos. Tal ocorre na medida em que estes indivíduos pertencem a grupos historicamente invisibilizados, cultural e socialmente minorizados ou ostracizados, tendo uma presença limitada na esfera pública. A sua capacidade de intervenção e de aquisição de voz é, desde logo, cerceada por mecanismos estruturais que, ao reproduzirem o *status quo* e as normas dominantes, invisibilizam as vozes dissidentes. No ambiente digital, as vozes podem ser reconhecidas, e discutida a interseccionalidade das lutas vivenciadas.

Quanto ao nosso público-alvo — os jovens —, ficou claro que estão profundamente implicados na cultura *online*, facto que é demonstrado nas entrevistas. Estilos de vida alternativos, ansiedades sociais e laços afetivos são amplamente discutidos no ambiente digital, complementando (ou mesmo substituindo) laços tradicionais que não parecem dar conta dos seus problemas (sejam afetivos, políticos ou de outra natureza). As plataformas digitais facilitam um processo individual e coletivo de reflexão.

Não se pretendeu discutir, neste trabalho, a eficácia do ativismo digital e/ou as limitações das plataformas digitais na esfera da ação política (Malafaia & Meriluoto, 2022), mas mostrar que as formas alternativas de se *fazer* política, isto é, politizar os assuntos da vida quotidiana através de ações cívicas informais e desenvolvimento de comunidades de suporte, são legítimas e vieram dar voz a realidades historicamente invisibilizadas. As plataformas digitais facilitam o encontro com aqueles/as que partilham os mesmos interesses e problemas, permitem a criação de espaços de apoio e alívio emocional que contornam dificuldades de mobilidade geográfica ou socioeconómicas, impelindo à intervenção na esfera pública. Percebemos como as plataformas digitais motivam e facilitam processos de mobilização. Os jovens aqui estudados, mais despertos e críticos politicamente, estão abertos à utilização de «*quaisquer media necessários*»⁵ que os auxiliem nas suas lutas sociais.

⁵ Referência ao título de Jenkins et al. (2016).

Referências

- Bessant, J. (2020). From denizen to citizen: Contesting representations of young people and the voting age. *Journal of Applied Youth Studies*, 3(3), 223–240.
<https://doi.org/10.1007/s43151-020-00014-4>
- Bennett, A. (2004). Virtual subculture? Youth, identity and the Internet. In P. Hodkinson & W. Deicke (Eds.), *After subculture: Critical studies in contemporary youth culture* (pp. 162–172). Palgrave Macmillan.
- Bennett, L. (2012). The personalization of politics: Political identity, social media, and changing patterns of participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 644(1), 20–39.
<https://doi.org/10.1177/0002716212451428>
- Bennett, L., Wells, C., & Freelon, D. (2011). Communicating civic engagement: Contrasting models of citizenship in the youth web sphere. *Journal of Communication*, 61(5), 835–856. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2011.01588.x>
- Boulianne, S., Lalancette, M., & Ilkiw, D. (2020). «School strike 4 climate»: Social media and the international youth protest on climate change. *Media and Communication*, 8(2), 208–218. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i2.2768>
- Bowman, B. (2019). Imagining future worlds alongside young climate activists: A new framework for research. *Fennia*, 197(2), 295–305.
<https://doi.org/10.11143/fennia.85151>
- boyd, d. (2011). White flight in networked publics: How race and class shaped American teen engagement with MySpace and Facebook. In L. C.-W. Nakamura (Ed.), *Race after the Internet* (pp. 203–222). Routledge.
- Buckingham, D. (2000). *The making of citizens: Young people, news and politics*. Routledge.
- Campos, R., & Silva, D. F. (2023). Visibility, solidarity, and empowerment via the Internet: A case study of young Portuguese activists. *Communications*.
<https://doi.org/10.1515/commun-2022-0019>
- Campos, R., Simões, J. A., & Pereira, I. (2018). Digital media, youth practices and representations of recent activism in Portugal. *Communications*, 43(4), 489–507.
<https://doi.org/10.1515/commun-2018-0009>

- Cao, J., & Cao, M. (2009). Case study of lesbian's health hotline in peripheral Chinese city. *Observatorio (OBS*)*, 3(3), 273–287.
<https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/260>
- Castells, M. (2004). Informationalism, networks, and the network society: A theoretical blueprint. In M. Castells (Ed.), *The network society: A cross-cultural perspective* (pp. 3–10). Edward Elgar.
- Castells, M. (2015). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet Age* (2^a ed.). Polity Press.
- Cotterell, J. (2007). *Social networks and social influences in adolescence* (2^a ed.). Routledge.
- Dahl, V., Amnå, E., Banaji, S., Landberg, M., Šerek, J., Ribeiro, N., Beilmann, M., Pavlopoulos, V., & Zani, B. (2018). Apathy or alienation? Political passivity among youths across eight European Union countries. *European Journal of Developmental Psychology*, 15(3), 284–301.
<https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1404985>
- Dahlgren, P. (2007). *Young citizens and new media: Learning for democratic participation*. Routledge.
- Dergić, V., Dähnke, I., Nartova, N., Shilova, A., Matos, R., & Carneiro, A. (2022). When visibility becomes political: Visibility and stigmatisation of young people. *Journal of Youth Studies*, 26(3), 351–367.
<https://doi.org/10.1080/13676261.2021.2022109>
- Farthing, R. (2010). The politics of youthful antipolitics: Representing the «issue» of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181–195.
<https://doi.org/10.1080/13676260903233696>
- Fraser, J. A. (2018). Amazonian struggles for recognition. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 43(4), 718–732. <https://doi.org/10.1111/tran.12254>
- Fullam, J. (2017). Becoming a youth activist in the Internet Age: A case study on social media activism and identity development. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 30(4), 406–422.
<https://doi.org/10.1080/09518398.2016.1250176>
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. Pluto Press.

- Gerbaudo, P., & Treré, E. (2015). In search of the «we» of social media activism: Introduction to the special issue on social media and protest identities. *Information, Communication & Society*, 18(8), 865–871.
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1043319>
- GLSEN (Gay, Lesbian & Straight Education Network), Center for Innovative Public Health Research, & Crimes Against Children Research Center. (2013). *Out online: The experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth on the Internet*. GLSEN.
- Gordon, H. R., & Taft, J. K. (2011). Rethinking youth political socialization: Teenage activists talk back. *Youth & Society*, 43(4), 1499–1527.
<https://doi.org/10.1177/0044118X10386087>
- Jackson, S. J. (2016). (Re)Imagining intersectional democracy from black feminism to hashtag activism. *Women's Studies in Communication*, 39(4), 375–379.
<https://doi.org/10.1080/07491409.2016.1226654>
- Jenkins, H., Ito, M., & boyd, d. (2015). *Participatory culture in a networked era: A conversation on youth, learning, commerce, and politics*. Polity.
- Jenkins, H., Shresthova, S., Gamber-Thompson, L., Kligler-Vilenchik, N., & Zimmerman, A. (2016). *By any media necessary: The new youth activism*. New York University Press.
- Kleres, J., & Wettergren, A. (2017). Fear, hope, anger, and guilt in climate activism. *Social Movement Studies*, 16(5), 507–519.
<https://doi.org/10.1080/14742837.2017.1344546>
- Kligler-Vilenchik, N., & Literat, I. (2018a). Distributed creativity as political expression: Youth responses to the 2016 U.S. presidential election in online affinity networks. *Journal of Communication*, 68(1), 75–97.
<https://doi.org/10.1093/joc/jqx005>
- Kligler-Vilenchik, N., & Literat, I. (2018b). Formative events, networked spaces, and the political socialization of youth. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self and birth, life, death* (pp. 209–230). Routledge.
- Lee, F. L. F., & Chan, J. M. (2018). *Media and protest logics in the digital era: The Umbrella Movement in Hong Kong*. Oxford University Press.

- Liao, S. (2019). «#IAMGay# what about you?»: Storytelling, discursive politics, and the affective dimension of social media activism against censorship in China. *International Journal of Communication*, 13, 2314–2333.
<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/10376>
- Lizzo, R., & Liechty, T. (2020). The Hogwarts Running Club and sense of community: A netnography of a virtual community. *Leisure Sciences*, 44(7), 1–18.
<https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1755751>
- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. A. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation, and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143–150.
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.871571>
- Lovelock, M. (2019). «My coming out story»: Lesbian, gay, and bisexual youth identities on YouTube. *International Journal of Cultural Studies*, 22(1), 70–85.
<https://doi.org/10.1177/1367877917720237>
- Malafaia, C., & Meriluoto, T. (2022). Making a deal with the devil? Portuguese and Finnish activists' everyday negotiations on the value of social media. *Social Movement Studies*, 23(2), 190–206.
<https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2070737>
- Martins, J. C., & Campos, R. (2024). Jovens ativistas e partidos políticos: Convergências e divergências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (104), 69–88.
<https://doi.org/10.7458/SPP202410428820>
- Mazzarella, S. R. (2003). Constructing youth: Media, youth, and the politics of representation. In A. N. Valdivia (Ed.), *A companion to media studies* (pp. 303–321). Blackwell.
- McDonald, K. (2006). *Global movements: Action and culture*. Blackwell Publishing.
- McInroy, L. B., Zapcic, I., & Beer, O. W. J. (2022). Online fandom communities as networked counterpublics: LGBTQ+ youths' perceptions of representation and community climate. *Convergence*, 28(3), 629–647.
<https://doi.org/10.1177/13548565211032377>
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the Information Age*. Cambridge University Press.
- Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>

- Micó, J.-L., & Casero-Ripollés, A. (2014). Political activism online: Organization and media relations in the case of 15M in Spain. *Information, Communication & Society*, 17(7), 858–871. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.830634>
- Milan, S. (2015). From social movements to cloud protesting: The evolution of collective identity. *Information, Communication & Society*, 18(8), 887–900. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1043135>
- Neas, S., Ward, A., & Bowman, B. (2022). Young people’s climate activism: A review of the literature. *Frontiers in Political Science*, 4. <https://doi.org/10.3389/fpos.2022.940876>
- Oakley, A. (2016). Disturbing hegemonic discourse: Nonbinary gender and sexual orientation labeling on Tumblr. *Social Media+Society*, 2(3). <https://doi.org/10.1177/2056305116664217>
- Pearce, K. E., Gonzales, A., & Foucault Welles, B. (2020). Introduction: Marginality and social media. *Social Media+Society*, 6(3). <https://doi.org/10.1177/2056305120930413>
- Pfaff, N. (2009). Youth culture as a context of political learning: How young people politicize amongst each other. *Young*, 17(2), 167–189. <https://doi.org/10.1177/110330880901700204>
- Pickard, S. (2019). *Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. Palgrave Macmillan.
- Pitti, I. (2018). *Youth and unconventional political engagement*. Palgrave Macmillan.
- Rheingold, H. (1993). *The virtual community: Homesteading on the electronic frontier*. Addison-Wesley.
- Rivera-Vargas, P., & Miño-Puigcercós, R. (2018). Los jóvenes y las comunidades virtuales. Nuevas maneras de aprendizaje y de participación social en la sociedad digital. *Páginas de Educación*, 11(1), 67–82. <https://doi.org/10.22235/pe.v11i1.1554>
- Sarrouy, A., José, S., & Campos, R. (2022). *A arte de construir cidadania: Juventude, práticas criativas e ativismo*. Tinta da China.
- Scherhauser, P., Klittich, P., & Buzogány, A. (2021). Between illegal protests and legitimate resistance: Civil disobedience against energy infrastructures. *Utilities Policy*, 72. <https://doi.org/10.1016/j.jup.2021.101249>

- Segado-Boj, F., Díaz-Campo, J., & Navarro-Sierra, N. (2020). Emotions and news on social media about climate change sharing: Moderating role of habits, previous attitudes and uses and gratifications among university students. *Revista Latina de Comunicación Social*, (75), 245–269. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1425>
- Shcheblanova, V., Bogomiagkova, E., & Semchenko, T. (2016). The phenomenon of the virtual youth Twitter-community in the discourses of sociological concepts and self-representations. In A. V. Chugunov, R. Bolgov, Y. Kabanov, G. Kamps, & M. Wimmer (Eds.), *Proceedings of the 8th International Conference on the Philosophy of Social Sciences* (pp. 3–13). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-49700-6_1
- Silva, M., Fernandes-Jesus, M., Loff, M., Nata, G., & Menezes, I. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: A participação política de jovens vista por dentro: Perspetivas de ativistas sobre as formas, as causas, os motivos e o futuro*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, J. A., & Campos, R. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação Mídia e Consumo*, 13(38), Article 38. <https://doi.org/10.18568/cmc.v13i38.1159>
- Simões, J. A., & Campos, R. (2017). Digital media, subcultural activity, and youth participation: The cases of protest rap and graffiti in Portugal. *Journal of Youth Studies*, 20(1), 16–31. <https://doi.org/10.1080/13676261.2016.1166190>
- Simpson, E., & Semaan, B. (2021). For you, or for «you»? Everyday LGBTQ+ encounters with TikTok. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, 4(CSCW3), article 252, 1–34. <https://doi.org/10.1145/3432951>
- Snow, D. (2001). Collective identity and expressive forms. *UC Irvine: Center for the Study of Democracy*. <https://escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj>
- Soares, R., Malafaia, C., Ribeiro, N., Menezes, P., & Ferreira, P. D. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: Formas emergentes de participação: Etnografia online com coletivos ativistas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Springhall, J. (1998). *Youth, popular culture and moral panics: Penny gaffs to gangsta-rap, 1830–1996*. Red Globe Press.

- Stewart, M., & Schultze, U. (2019). Producing solidarity in social media activism: The case of My Stealthy Freedom. *Information and Organization*, 29(3).
<https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2019.04.003>
- Treré, E., & Kaun, A. (2021). Digital media activism: A situated, historical, and ecological approach beyond the technological sublime. In G. Baldi, N. Ribeiro, V. Schafer, & C. Schwarzenegger (Eds.), *Digital roots: Historicizing media and communication concepts of the Digital Age* (pp. 1–16). De Gruyter Oldenbourg.
<https://doi.org/10.1515/9783110740202>
- Yang, G. (2016). Activism. In D. Benjamin (Ed.), *Digital keywords: A vocabulary of information society and culture* (pp. 11–14). Princeton University Press.
- Zimmerman, A. (2016). Transmedia testimonio: Examining undocumented youth's political activism in the Digital Age. *International Journal of Communication*, 10, 2841–2857. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3230>

Esta é a versão aceite para publicação da introdução da obra ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA DIGITAL, a ser editada pelo CICS.NOVA –Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em parceria com a Edições Húmus. <https://www.cics.nova.fesh.unl.pt/edicoes/colecao-diagnosticos-perspetivas>.